

O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade liberal portuguesa (1852-1873)

Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integration and rupture in the Portuguese liberal society (1852-1873)

JOÃO LÁZARO

CIES-IUL

Bolseiro de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

SFRH/BD/110857/2015

joaodizlazar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0480-5589>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 11/06/2019

Resumo

Durante décadas o *Centro Promotor* funcionou como o grande pilar do movimento operário português, estando completamente integrado na sociedade liberal. Neste artigo pretendemos analisar a integração e a rutura do movimento operário na sociedade liberal através do *Centro Promotor* (1852-1873). Uma baliza cronológica caracterizada por um despontar de um movimento operário ordeiro e conciliador com o regime liberal que, mais tarde, vai ser substituído por uma outra geração de socialistas mais radical que provoca a desintegração do movimento operário no regime liberal.

Palavras-chaves: Movimento Operário; Esfera Pública; Centro Promotor; liberalismo.

Abstract

For decades the *Centro Promotor* has functioned as the main pillar of the Portuguese labour movement, being fully integrated into the liberal society. In this article we intend to analyse the integration and the rupture of the labour movement in the liberal society through the *Centro Promotor* (1852-1873). A chronological mark characterized by a dawning of an orderly and conciliatory workers' movement with the liberal regime, which will later be replaced by a more radical generation of socialists that influences the disintegration of the labour movement in the liberal regime.

Keywords: Labour movement; Public Sphere; Centro Promotor; liberalism.

Introdução

O *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* foi uma associação fundada em 1852 que durante largos anos contribuiu para a protecção, educação e, sobretudo, para o enquadramento do mundo operário na sociedade liberal. Neste artigo pretendemos observar o seu papel em duas fases distintas da sua história.

Tal como a historiografia portuguesa referiu, é uma associação paternalista dinamizada por alguns socialistas e liberais progressistas¹. Perante os estudos feitos sobre o *Centro Promotor* – a grande maioria balizada entre a década de 70 e 80 do século XX, ou seja, num período em que o estudo do movimento operário foi dominante na historiografia portuguesa – pretendemos destacar o papel histórico do *Centro* no movimento operário, na sociedade, no liberalismo e no debate público. Por exemplo, temos elevadas reservas em concordar com o historiador Carlos da Fonseca quando este insere o *Centro Promotor* nas “associações transitórias do movimento operário”², é com dificuldade que classificamos uma associação com mais de duas décadas de existência, nas quais foi hegemónica no universo operário português, como transitória. Costa Goodolphim, um importante associado do *Centro Promotor* e militante no associativismo português, é o autor de uma obra largamente citada pela historiografia portuguesa onde apresenta as motivações para o fim do *Centro*: “Quem o matou foi a política, foram as questões da Comuna, da Internacional? Talvez não”³. Apresentando de seguida a famosa história da retirada do quadro de António Rodrigues Sampaio como o derradeiro acontecimento para o fim do *Centro Promotor*. Uma explicação simplista, pois sendo verdade que o episódio do retrato de António Rodrigues Sampaio consagra um profundo simbolismo na história do movimento operário português, vamos tentar demonstrar que se trata somente do zénite de uma grave crise institucional que vinha sendo sentida no *Centro*, estimulada pela sua radicalização a partir de 1871. É nesta fase que entra em cena uma nova geração de socialistas e o início dos debates em torno do socialismo, da Comuna de Paris, da Internacional e das greves. Perante isto, recorreremos a vários jornais operários e, sobretudo, não operários, a algumas memórias e aos debates

¹ Destacamos as obras de Ana Maria Alves, Carlos da Fonseca, César de Oliveira, Maria Filomena Mónica, Ramiro da Costa e Victor de Sá.

² Carlos da Fonseca, *A origem da 1ª Internacional em Lisboa. O centenário da Federação Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p. 51.

³ Costa Goodolphim, *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Prefácio e notas de César Oliveira, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 151.

parlamentares da época. Esta opção metodológica permite abordar o intenso debate veiculado na esfera pública portuguesa referente ao *Centro Promotor*.

A integração no regime liberal

A edificação do ministério de Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo, a 7 de julho de 1851, resulta na pacificação do liberalismo português, permitindo um alargado consenso sobre a modernização do país, com profundas reformas nos códigos jurídicos e a implantação de novos ministérios relacionados com a indústria e as obras públicas. Deste modo foi alavancado um pouco por todo o território nacional um vasto conjunto de obras públicas, com destaque para as vias de comunicação, nomeadamente, a inauguração do sistema ferroviário. Neste período o liberalismo político consolidado vai florescer numa longa fase de unanimidade com a inauguração de um período acentuadamente capitalista. Gradualmente o trabalho manual é substituído pelo trabalho das máquinas. Em 1852 era utilizada “uma força motriz de mais de 1.000 CV, para atingir 10.000 em 1881, ou seja [...] a força motriz utilizada na indústria se multiplicou por dez em trinta anos”⁴.

A nova realidade nacional vai permitir a ascensão de um movimento operário organizado em Portugal, encabeçado por uma geração de jovens socialistas embebidos nas ideias sociais e revolucionárias que despontavam na Europa, nomeadamente a Primavera dos Povos (1848). Tal como afirmou Victor de Sá, em Portugal “é a geração de 1852 enriquecida com a experiência da Revolução de Paris de 1848 que cumpre a missão histórica de estruturar [as] aspirações populares já claramente afirmadas”⁵. Em Portugal o movimento operário organizado aparece com esta geração que pretendia melhorar as condições dos trabalhadores usando ideias sociais, nomeadamente, do denominado *socialismo utópico*.

O liberalismo português estava predisposto a aceitar a atuação de um associativismo operário na sociedade portuguesa, movido por ilustres intelectuais que demonstravam publicamente uma especial atenção para a *questão social* – expressão da época para retratar problemáticas sociais e económicas presentes nas camadas mais desfavorecidas. Esta postura acabou por resultar num género de aliança de liberais com a geração de jovens socialistas que despon-tava neste período. Inicialmente a Regeneração é encarada com desconfiança

⁴ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976, p. 197.

⁵ Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1964, p. 205.

por parte dos socialistas portugueses, por exemplo, o socialista Lopes de Mendonça acolhia com cautela as recentes alterações políticas, e anunciava publicamente que os “espíritos andavam deslumbrados pela regeneração”⁶, para de seguida avisar: “com esta revolução, regeneração, restauração, ou quer que seja, o mundo português [não] ficava sendo o melhor de todos os mundos possíveis”⁷. No entanto, a natureza progressista da Regeneração revelava ser sedutora para os socialistas portugueses e, desse modo, o radicalismo socialista é “ultrapassado e engolido, a partir de 1851, pelo novo clima regenerador”⁸. Lopes de Mendonça e Sousa Brandão, que em 1850 tinham fundado o reivindicativo jornal *Eco dos Operários* onde era veiculado um *socialismo utópico* que continha fortes críticas ao regime, acabam por unir esforços ao lado dos liberais na edificação do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Esta importante associação operária é fundada em finais de 1852 na cidade de Lisboa, os estatutos são redigidos por Sousa Brandão e a presidência vai ser entregue, até 1863, a António Rodrigues Sampaio, um destacado liberal. Outros importantes liberais vão ocupar cargos na direcção, como é o caso de José Maria do Casal Ribeiro que durante anos é o tesoureiro. O cargo de vice-presidente foi entregue ao tipógrafo Francisco Vieira da Silva Júnior, um operário recordado mais tarde numa sessão do *Centro Promotor* como o “grande apóstolo da associação”⁹ em Portugal.

Pouco tempo depois da sua fundação o *Centro* afirmava ter perto de 1 500 associados¹⁰ e mais tarde, em meados de 1854, elevava o número de associados para 2 114 em torno de 17 associações divididas por Lisboa, Porto e Coimbra. O *Centro Promotor* não pretendia ter uma natureza exclusivamente operária, mas funcionar como um espaço socialmente heterogéneo. São os próprios dirigentes a reconhecer esta característica, afirmando que a associação não detinha “um carácter puramente operário”¹¹, pois pretendia abranger os vários estratos sociais em nome do associativismo, portanto não é de “surpreender que a história do *Centro Promotor* tenha sido a história daquilo a que vulgarmente se

⁶ *Eco dos Operários*, 18 de outubro de 1851, N.º 51, 2.ª Serie, p. 29.

⁷ *Eco dos Operários*, 18 de outubro de 1851, N.º 51, 2.ª Serie, p. 29.

⁸ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Viseu, ICS, 2001, p. 88.

⁹ Carlos Borges, *Duas palavras pronunciadas na sessão solene da inauguração da biblioteca popular do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Tip. Comercial, 1871, p. 5.

¹⁰ *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosa*, 26 de fevereiro de 1853, N.º 3, p. 17.

¹¹ *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1- II Série, p. 3.

chama a «colaboração de classes»¹². O regime liberal ao permitir a edificação de um movimento operário dirigido por alguns operários, mas, sobretudo por liberais, assegurava a concretização de um reformismo ordeiro, a ressalva do conceito da propriedade privada e garantias que o associativismo operário não desafiava o regime enquanto espaço apartidário. Embora tenha sido fundado em finais de 1852 o *Centro Promotor* só vai ter a sua aprovação estatutária em setembro de 1853, havendo dentro do próprio a noção que esse funcionou inicialmente na ilegalidade. O próprio jornal do *Centro* destacava essa realidade, elogiando o governo e agradecendo a “tolerância com que tem consentidas [as] numerosas reuniões [...] e até sem a usual participação à autoridade”¹³. Portanto, o regime liberal não era contrário à organização e atuação do *Centro Promotor* e os socialistas portugueses não deixavam de demonstrar encanto com a atuação liberal. Ao contrário de Espanha, onde o movimento operário desiludido com a proibição do direito de associação por parte dos governos liberais de 1854-56 opta por um caminho mais radical, em Portugal a consagração desse direito na lei pacifica o socialismo português. O associativismo é um dos pilares essenciais para os socialistas deste período e, por conseguinte, não é de estranhar a exaltação dos socialistas para o espaço público sobre o associativismo ter amigos no parlamento. De facto, o *Centro Promotor* mantinha boas relações com o governo e o parlamento de tal modo que, em 1862 a *Associação Comercial de Lisboa* apresenta um protesto à Câmara Municipal de Lisboa devido aos convites para o casamento real terem sido entregues por intermédio do *Centro Promotor*¹⁴. O *Centro Promotor* estava em contacto com o poder e por isso tinha criado uma comissão no interior da organização para “advogar perante o Governo os interesses das associações operárias”¹⁵. Esta comissão era composta por vários ilustres sócios como Lopes de Mendonça, Vieira da Silva Júnior e Sousa Brandão (presidente da comissão), bem como o deputado liberal Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

O *Centro Promotor* tinha a sua maior força prática no seu fraco e descomprometido campo ideológico, garantindo a supremacia no mundo do trabalho. A ascensão do *Centro Promotor* na esfera pública é notória, obtendo sucesso na vida nacional a tal ponto que os governos liberais não prescindiam de lhe fornecer um destacado papel. Neste período o “movimento operário, e seus

¹² Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do capitalismo...*, cit., p. 169.

¹³ *Jornal do Centro Promotor...*, 12 de fevereiro de 1853, N.º 1, p. 4.

¹⁴ Citado em, Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do capitalismo...*, cit., p. 170.

¹⁵ *Jornal do Centro Promotor...*, 10 de setembro de 1853, N.º 25, p. 194.

dirigentes, adquirem reconhecimento e legitimidade pública”¹⁶. Em 1855 o ministro das Obras Públicas (Fontes Pereira de Melo) salientava no parlamento o desejo do governo em enviar alguns trabalhadores à exposição Universal de Paris. A proposta passava por “dez artistas, cinco da cidade de Lisboa, e cinco da cidade do Porto”¹⁷ que deviam ser enviados à exposição, uma operação financiada pelo governo. Nesta lógica é desenvolvida uma parceria entre o diretor do *Instituto Industrial de Lisboa* (José Victorino Damásio) e o *Centro Promotor* para a nomeação dos operários que deviam ir à exposição de Paris. Por iniciativa governativa foi concedido um destacado papel ao movimento operário na eleição dos trabalhadores. Foi na sede do *Centro Promotor* que ocorreu a “eleição por classe, de dois delegados e dois substitutos que devem formar a grande comissão que tem de resolver com o ill.º Sr. José Victorino Damásio [...] para se elegerem os cinco artistas que o governo de S.M. envia[va] a Paris”¹⁸. Esta postura permitiu a estadia de sessenta dias em Paris a um grupo de trabalhadores, enquanto delegados por Portugal à exposição Universal. No regresso de Paris, os trabalhadores vão elaborar um livro onde é narrada a sua experiência e são feitos agradecimentos ao *Centro Promotor*, ao governo e ao deputado António José de Ávila (comissário régio na exposição). Este relatório vai ser enviado pelo *Centro* ao parlamento: “Do presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, acompanhando alguns exemplares do relatório feito pelos artistas de Lisboa, mandados pelo governo à exposição de Paris”¹⁹. Curiosamente dez anos depois o governo português repetia a experiência. Em 1865 o governo financiava uma comissão composta por vinte indivíduos que deviam participar e analisar a exposição internacional no Porto, uma comissão “presidida pelo Sr. Francisco Vieira da Silva, presidente da associação lisbonense denominada Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas”²⁰.

Por outro lado, durante algumas calamidades o liberalismo tendia a recorrer ao *Centro Promotor*. No outono de 1857 Lisboa foi atingida por um grave surto de febre-amarela, que flagelou o mundo operário com a “sorte dos operários [a] depende[r] da localidade das [...] fábricas, e suas respetivas

¹⁶ João Lázaro, *O despontar do movimento operário na esfera pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*, Lisboa, Chiado Editora, 2014, p. 198.

¹⁷ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa do ano de 1855*, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 83.

¹⁸ *A Revolução de Setembro*, 3 de maio de 1855, N.º 3917, p. 3.

¹⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 10-07-1856, p. 127.

²⁰ *Diário de Pernambuco*, 29 de novembro de 1865, Ano XLI, N.º 274, p. 1.

habitações”²¹. A situação era de tal forma alarmante que o governo do Duque de Loulé nomeou uma comissão estatal no sentido de auxiliar as camadas mais afetadas pela epidemia, mais concretamente, garantir uma sopa económica a preços razoáveis. A comissão era constituída por figuras eminentes da sociedade liberal, entre elas o “deputado da nação portuguesa António Rodrigues Sampaio, presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas”²². Portanto, era atribuído ao *Centro* voz na resolução de crises e em iniciativas de estímulo para a indústria. A esta luz, fica em evidência a importância conferida pelo liberalismo ao *Centro Promotor*, uma associação disponível para a agenda dos governos e tal como assinalou César Oliveira, o *Centro Promotor* era “um prolongamento do projeto regenerador”²³.

A instrução é outro vetor que permite a integração do movimento operário na sociedade liberal, visto que vários liberais instruídos eram responsáveis por alguns cursos noturnos para os operários na sede do *Centro Promotor*. É o caso de João de Andrade Corvo (cadeira de Higiene Popular), Joaquim Tomás Lobo de Ávila (cadeira de Aritmética e geometria elementares aplicadas às artes e indústrias), José Maria da Ponte e Horta (cadeira de Mecânica industrial), José Maria Grande (Elementos de História Natural) e o socialista Lopes de Mendonça (cadeira de Economia industrial). A maioria destes liberais eram deputados que usufruíam uma forte influência na esfera do poder executivo. Neste período há um tipo de osmose entre o liberalismo e o socialismo português. Se é verdade que os liberais acabam por abraçar o associativismo operário e, inclusive, a participar nele, não deixa de ser verdade, por outro lado, que os socialistas acabam por ingressar no liberalismo político. Lopes de Mendonça vai ser eleito deputado nas listas dos regeneradores e Sousa Brandão é designado alto funcionário do Ministério das Obras Públicas. O operário José Maria Chaves – que outrora tinha sido escolhido para encabeçar uma hipotética candidatura operária à Câmara dos Deputados numa brochura inflamada de Lopes de Mendonça²⁴ – acaba por ocupar cargos de destaque no partido regenerador. Carlos Ramiro Coutinho, antigo redator do *Eco dos Operários*, chega a ser deputado no final da década de 50, obtendo mais tarde o título

²¹ Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino, *Relatório da Epidemia da Febre-Amarela em Lisboa no Ano de 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 157.

²² *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa do ano de 1857*, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 450.

²³ César Oliveira, *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973, p. 123.

²⁴ Lopes de Mendonça, *A Candidatura d’um operário*, Typ. Social, (Sem ano).

de 1.º (e único) Visconde de Ouguela²⁵. Como escreveu Victor de Sá é um período marcado pela “participação dos primeiros socialistas portugueses na edificação da sociedade capitalista burguesa”²⁶. Portanto, não é de estranhar que a sessão comemorativa do décimo aniversário do *Centro Promotor* fosse realizada num lugar representativo da socialização burguesa. É no salão do teatro D. Maria II que diversas figuras do regime liberal marcaram presença ao lado dos dirigentes do *Centro Promotor*, um acontecimento com grande destaque na esfera pública, inclusive, os correspondentes dos jornais brasileiros anunciaram a presença no evento de “Fontes de Melo, Martens Ferrão, Rodrigues Sampaio, Tomás Ribeiro [...] os ministros do Reino e Marinha, presidente da Câmara Municipal, o diretor da escola normal [e] redatores de diversos jornais”²⁷. Entretanto tinham sido inaugurados na sede do *Centro Promotor* vários retratos de históricos liberais como José Estevão, Coelho de Magalhães, Manuel da Silva Passos e Joaquim Lopes.

Em outubro de 1865 iniciou, na sede do *Centro Promotor*, o Congresso Social que pretendia debater o associativismo em Portugal, pois aos olhos dos dirigentes do *Centro* “o espírito da associação não se tem desenvolvido tanto quanto era de esperar”²⁸. O *Centro Promotor* solicitava a presença de dois delegados de cada associação do reino e das ilhas com o objetivo de dar início aos trabalhos do congresso. O congresso vai ser realizado até fevereiro de 1866 e é possível verificar a linha ordeira e conciliadora com o regime político que tinha sido desenvolvida desde da criação do *Centro Promotor*. O congresso procurava diluir a conflitualidade no mundo do trabalho, afastando os trabalhadores de um discurso reivindicativo, colocando as associações de trabalhadores a dialogar com associações patronais. Portanto, o Congresso Social, à imagem do *Centro*, não pretendia ser exclusivamente operário, mas sim um espaço aglutinador do associativismo e, por conseguinte, contou com a participação de várias individualidades ilustres da sociedade portuguesa ligadas ao mundo patronal e político. É o caso de Alfredo Dias²⁹,

²⁵ É já com o título de Visconde que, em 1893, publica o importante livro *A Luta Social* onde vai expor alguns princípios do socialismo.

²⁶ Victor de Sá, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 291.

²⁷ Correio Paulistano, 12 de junho de 1863, Ano X, N.º 2124, p. 3.

²⁸ *Jornal de Lisboa*, 11 de outubro de 1865, 2.º Ano, N.º 384, p. 3.

²⁹ João Alfredo Dias pertenceu à direção da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses, ao conselho administrativo do Banco Ultramarino, dos seguros Bonança, da Caixa de Crédito Industrial e Companhia de Lanifícios de Arrentela.

António Joaquim Pereira Serzedelo Júnior³⁰, Daniel Cordeiro Feio³¹, Carlos Zeferino Pinto Coelho³², Francisco Rodrigues Colares³³, Francisco Mara da Cunha³⁴, José de Sande Magalhães Mexia Salema³⁵ entre outros. Várias associações operárias acabam por nomear ilustres liberais como delegados, é o caso de António Rodrigues Sampaio que surge como delegado da *Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bejenses*. Anos mais tarde este importante encontro vai ser recordado de forma distinta. Por um lado, a nova reconfiguração do movimento operário e socialista, em janeiro de 1877, faz uma crítica aos moldes do congresso, encarando-o como “uma ostentação, um capricho; e tanto, que nunca mais aquelas associações acharam necessária a celebração de uma conferência, e o *Centro Promotor* morreu vítima de lutas intestinas tão disparatadas quanto ridículas”³⁶. Por outro lado, em julho de 1890, durante um debate em torno da legalização das associações de classe, um par do reino (Jerónimo Pimentel) elogiava o Congresso Social, lembrando aos seus homólogos: “o congresso realizado aqui em 1865, no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em que toma[r]am parte 71 associações, já reconheceu essa necessidade numa das suas conclusões”³⁷. Portanto, é bastante interessante verificar que o congresso vai continuar a ser elogiado pelos liberais, ao passo que o movimento operário português olha para o seu passado com reservas.

O divórcio com o liberalismo

A década de 70 marca o início do divórcio do movimento operário com o liberalismo devido a ocorrências que vão estar na origem da decadência do *Centro Promotor*, que era desde a década de 50 o ponto convergência da elite

³⁰ Ligações ao comércio, indústria e diretor da Companhia de Fiação e Tecidos de Lisboa. Trabalhou no Banco de Portugal. Delegado ao congresso pela *Associação Comercial de Lisboa*.

³¹ Diretor da fábrica de lanifícios de Arroios e funcionário da Alfândega de Lisboa. Delegado ao congresso pela *Associação Comercial de Lisboa*.

³² Licenciado em direito, deputado em 1857, fundador da companhia das águas de Lisboa e presidente da assembleia do Banco de Portugal. Delegado ao congresso pelo *Montepio de São José da cidade de Braga*.

³³ Ligado à metalurgia Colares. Delegado ao congresso pela *Sociedade dos Artistas Lisbonenses*.

³⁴ Oficial do exército e deputado por Elvas em 1863. Delegado pelo *Montepio Artístico Elvense*.

³⁵ Magistrado que em 1877 será ministro da Justiça. Delegado pelo *Montepio Povoense*.

³⁶ *O Protesto. Periódico Socialista*, janeiro de 1877, III Ano, N.º 73, p. 1.

³⁷ Câmara dos Pares do Reino, 08-07-1890, n.º 37, p. 498.

socialista portuguesa. A partir de 1870 a nova geração de jovens socialistas que desponta nas fileiras do *Centro* acaba por colocar irremediavelmente em causa o socialismo ordeiro que tinha sido dominante. Figuras como José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Nobre França, José Tedeschi, João Bonança, Felizardo Lima, Eduardo Maia, entre outros, começam a veicular um novo tipo de discurso onde é incorporado um socialismo mais reivindicativo e ideológico no interior do *Centro Promotor*. O surgimento desta nova geração é impulsionado pelo panorama internacional, nomeadamente, pela *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) fundada em 1864 e a Comuna de Paris (1871), mas também pela proibição das conferências do Casino. É uma fase onde é evidente a existência de três grupos em confronto no *Centro*: o socialismo, o republicanismo e os históricos liberais da monarquia progressista.

Em julho de 1871 a imprensa começa a demonstrar preocupações com os debates em torno da Comuna de Paris e da Internacional nas assembleias do *Centro Promotor*. Por exemplo, é noticiada uma sessão onde o sócio João Luís da Silva Viana tinha apresentado um voto de pesar pela execução de Louis Rossel, um antigo oficial do exército francês que tinha aderido ao governo revolucionário da Comuna de Paris. Perante a proposta um outro sócio solicitava “que o *Centro Promotor* escrevesse à família de Rossel participando-lhe a deliberação”³⁸. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. Aludindo ao facto, o *Correio do Sul* declarava que o “Centro Promotor, adulterando o fim útil e louvável da sua instituição oferecera-se aos ódios e aos reproches da opinião”³⁹. Este novo debate provoca o aparecimento de um novo tipo de linguagem no interior do *Centro Promotor* que resulta em clivagens internas. Por exemplo, o sócio João de Sousa Amado solicitava a intervenção dos corpos gerentes da associação no sentido de elucidar o mundo operário sobre as novas doutrinas e mostrava ser contrário “as audaciosas doutrinas do republicanismo vermelho”⁴⁰. O mesmo sócio encarava certos assuntos como ideológicos, subversivos e contrários ao *Centro Promotor*, como era o caso da proclamação da propriedade coletiva do solo, o fim do direito de herança e a espoliação ao capitalista. Assuntos que começavam a ser abordados na associação. No mesmo sentido ia o sócio Pedro José Conceição que alertava: “se o *Centro* lançasse no livro das atas das suas sessões um voto de louvor à Internacional, o *Centro* deveria ser dissolvido como uma associação perigosa,

³⁸ *O Diário Popular*, 6 de dezembro de 1871, 6.º Ano, N.º 1842, p. 1.

³⁹ Citado em Ana Maria Alves, *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, p. 119.

⁴⁰ *Jornal do Comércio*, 1 de setembro de 1871, 18.º Ano, N.º 5355, p. 3.

desordeira, anárquica, inqualificável, indigna de existir”⁴¹. Este sócio afirmava que o *Centro* devia estar em harmonia com o governo no sentido de melhorar as condições dos trabalhadores, com o primeiro a esclarecer e a auxiliar e o segundo a incrementar as obras públicas. Esta fórmula social devia funcionar no combate ao ócio e à miséria, que aos olhos de Pedro José Conceição somente conduzia “ao desespero, daqui à Internacional, e da Internacional à Comuna”⁴². Esta dinâmica deveria ser auxiliada pela criação de um jornal operário que devia estar ao serviço dos trabalhadores e, deste modo, poderia estar a ser criada “uma espécie de contra-Internacional contra a Internacional”⁴³. No fundo, Pedro José Conceição notava já as fortes clivagens políticas no interior do *Centro* e, por isso, defendia o regresso à matriz original do *Centro*. De facto, o *Centro Promotor* estava em divergência, com associados a fazer apologia à Internacional e à Comuna de Paris o que desencadeava protestos de outros sócios.

Determinada imprensa liberal não deixava de colocar o nexos casual desta realidade na tímida atuação do governo. O *Diário da Tarde* solicitava a repressão da polícia “para conter os irrisórios Dantons do Centro Promotor [...] dos nossos pseudo sans-culottes”⁴⁴. O governo é acusado publicamente de inércia com alguma imprensa a explicar a postura do Marques de Ávila. Era afirmado que o ministro do Reino optava por não advertir o *Centro Promotor* devido à ordem de “fechar pela polícia as portas do Casino Lisbonense”⁴⁵ em 1871 e, desse modo, ter proibido as famigeradas conferências do Casino. Na verdade, a opção política de encerrar as conferências do Casino está longe de ser um ataque direto ao socialismo, no entanto era do conhecimento público que diversos dinamizadores das mesmas mantinham privilegiadas ligações ao mundo operário e eram sócios do *Centro Promotor*. Perante isto, o governo pretendia acalmar os sectores mais radicais que continuavam a apresentar os seus protestos perante a proibição das conferências. No entanto, com a entrada em cena do governo de Rodrigo Sampaio a situação é alterada. Quando é noticiado que o *Centro Promotor* tinha debatido assuntos domésticos e apresentado “um voto de censura à Câmara eletiva, por não haver reforma à Carta Constitucional”⁴⁶ é solicitada a presença do presidente dessa sessão, o vice-presidente do *Centro Promotor* (Manuel Gomes da Silva), ao gabinete do

⁴¹ *A Revolução de Setembro*, 19 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8726, p. 3.

⁴² *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8717, p. 2.

⁴³ *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8717, p. 2.

⁴⁴ Citado em Ana Maria Alves, *Portugal e a Comuna de Paris*, cit., p. 120.

⁴⁵ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

⁴⁶ *A Nação, Jornal Religioso e Político*, 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

ministro. Neste encontro o ministro apresentou um pedido à direção do *Centro* para não o colocar “nas tristes circunstâncias de ter e se esquecer que era sócio e velho amigo do Centro Promotor”⁴⁷. Rodrigo Sampaio apresenta o argumento estatutário do próprio *Centro Promotor* que proibia debates políticos, deixando um aviso: “não toleraria reuniões com aquela índole, nem o governo estava resolvido a consenti-las”⁴⁸. Esta postura do governo, ainda por cima de um ministro do Reino que tinha sido outrora uma figura de destaque no *Centro*, foi vista com desagrado por uma importante parte dos sócios. Em forma de protesto foi votado remover o retrato de Rodrigues Sampaio da sede do *Centro*. Segundo o *Diário de Notícias* essa assembleia tinha sido composta por apenas 36 associados, numa associação que rondava os 500 sócios, tendo a proposta recebido 23 votos favoráveis e 13 contra⁴⁹. O jornal *A Nação* relata que nessa sessão, realizada a 22 de setembro de 1871, o vice-presidente apresentou aos associados a conversa com Rodrigues Sampaio. Perante isto, o sócio Joaquim Felizardo de Lima Pereira Castelo Branco apresentou “uma proposta, para que fosse apeado o retrato do ministro”⁵⁰. Além disto terá sido apresentada a ideia que o *Centro* devia encerrar “todos os seus trabalhos, e se ocupasse em guerrear o governo, por todos os modos”⁵¹. Ainda foi debatida a destituição de Rodrigues Sampaio de presidente honorário. Perante esta notícia Felizardo Lima escreve uma carta para o jornal refutando as acusações, todavia, reconhece que a fonte do jornal não estava “tão mal informada se não fosse minha a proposta para ser retirado do *Centro* o retrato”⁵². Décadas mais tarde Felizardo Lima é responsável por um livro sobre o movimento operário em Portugal no qual defende que o *Centro Promotor* terá sido nada mais que uma criação do partido Regenerador e, portanto, não podia sobrepor os interesses dos trabalhadores aos interesses de um executivo Regenerador. É deveras interessante verificar que esta decisão de retirar o quadro de Rodrigues Sampaio faz desencadear uma onda de protestos de vários associados que recorrem à esfera pública para demonstrar o seu descontentamento. A 28 de setembro *A Revolução de Setembro* transcrevia uma carta publicada no *Diário Popular* da autoria de João Manuel Gonçalves⁵³ um destacado sócio do *Centro* que em 1865 tinha sido vice-presidente e fiador da casa que servia como sede

⁴⁷ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1871, Rio de Janeiro, Ano 54, N.º 287, p. 2.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2052, p. 1.

⁵⁰ *A Nação, Jornal Religioso e Político*, 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

⁵¹ *A Nação, Jornal Religioso e Político*, 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

⁵² *A Nação, Jornal Religioso e Político*, 30 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7093, p. 2.

⁵³ Industrial que tinha estabelecimento de luvas em Lisboa.

da organização. Nesta carta é defendido Rodrigues Sampaio, que é retratado como um dos principais responsáveis pela criação de grande parte das associações de socorro mútuos, da educação popular e do debate sobre questões económicas e industriais para as classes operárias. Relembrando que foi por intermédio dessa individualidade que o *Centro Promotor* “recebeu mais de cinco contos de réis para distribuir pelas associações que mais sofreram da terrível epidemia da febre amarela”⁵⁴. É ainda apresentada a demissão enquanto associado, defendendo a posição do ministro: “[se] Sampaio mandar fechar o Centro por não cumprir a sua lei, não faz mais do que tem feito já muito respeitáveis Estadistas”⁵⁵.

Na edição de 1 de outubro de 1871 *A Revolução de Setembro* afirmava estar na posse de várias cartas de associados do *Centro Promotor* que pretendiam justificar publicamente a sua saída. Um sócio ataca o presidente dessa assembleia por não ter marcado previamente um dia para a discussão sobre a retirada do quadro, um outro alertava os corpos gerentes que a associação tinha os estatutos aprovados superiormente e “fugir dessa verdade é rasgar ousadamente um pacto estabelecido entre o governo e a maioria dessa associação”⁵⁶, enquanto outro acusava o *Centro* de apenas servir para injuriar pessoas nobres e para “exercitar as classes operárias em doutrinas subversivas da ordem social”⁵⁷. Em outubro os jornais continuavam a publicar informação sobre o *Centro Promotor*, para o jornal *A Revolução de Setembro* era uma tarefa “pouco agradável [...] de dizer mal do que já foi bom e muito bom”⁵⁸. Nesse número é publicado um ofício entregue à mesa do *Centro* de um dos seus fundadores, Joaquim de Oliveira, solicitando que o seu nome “seja eliminado do número dos sócios do *Centro Promotor*, enquanto não for rasgada tão iniqua resolução”⁵⁹. Perante esta polémica são apresentados os números dos novos membros e as saídas, havendo 34 saídas e 77 novas entradas, portanto, um saldo de 43 novos sócios no *Centro Promotor*. Dos novos associados admitidos são de destacar os nomes de Antero de Quental e Azedo Gneco.

Perante a polémica o próprio vice-presidente acaba por elaborar uma carta para o jornal do *Comércio* onde defende a postura da direção do *Centro Promotor*. Nesta carta relembra a sua longevidade enquanto sócio e acusa Rodrigues Sampaio e Casal Ribeiro de se afastarem do *Centro* “por terem

⁵⁴ *A Revolução de Setembro*, 28 de setembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8786, p. 2.

⁵⁵ *O Diário Popular*, 26 de setembro de 1871, 6.º Ano, N.º 1772, p. 3.

⁵⁶ *A Revolução de Setembro*, 4 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8791, p. 1.

⁵⁷ *A Revolução de Setembro*, 5 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8792, p. 2.

⁵⁸ *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

⁵⁹ *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

sido elevados a altos cargos”⁶⁰, abandonando Vieira da Silva na associação. Em sua defesa são traçados alguns conflitos internos no *Centro Promotor*, descrevendo a existência de um “grupo [que] tinha determinado a destruição do Centro Promotor para depois nas suas ruínas organizar um outro”⁶¹. O pretexto usado para desconceituar e prejudicar o *Centro Promotor* seria através da acusação de ser um espaço subversivo e politizado. O dirigente do *Centro* reconhece que os estatutos não proibiam os assuntos políticos e como era objetivo o melhoramento das classes trabalhadoras era necessário muitas vezes focar a legislação vigente e a governação. Confirma a existência de um debate entre os inconvenientes e as vantagens do comunismo e socialismo, no entanto, salvaguardava que os debates eram nivelados por um esforço da mesa para que a discussão não abandonasse o terreno legal. Sobre a polémica em torno da retirada do retrato de António Rodrigues Sampaio nada diz.

Nas fileiras do *Centro* a situação é caótica, com a ocorrência de uma debandada pública e ruidosa, a *Revolução de Setembro* chega a anunciar “a morte dessa outrora respeitável e respeitada instituição”⁶². A crise institucional avivada no *Centro Promotor* adquire dimensões consideráveis no espaço público, sendo retratada em finais de setembro pelo *Diário de Notícias* como uma temática que “toda a imprensa se ocupa dela”⁶³. O jornal *Comércio do Porto* observava toda a situação como perigosa, declarando que face aos debates realizados no *Centro* o governo deveria ter uma intervenção mais musculada. No mesmo sentido avançava *A Nação*, solicitando uma intervenção do governo. Os correspondentes do *Diário Mercantil* e do *Jornal do Porto* também criticavam a resolução apresentada pela direção da associação, inclusive, este último afirmava que o *Centro Promotor* em vez de auxiliar a classe industrial apenas apreciava as doutrinas do socialismo, declarando que o mesmo nunca tinha realizado algum benefício no mundo industrial, “fazendo concorrência ao parlamento, à imprensa política, aos homens da ciência”⁶⁴. O próprio Partido Constituinte é citado na imprensa, declarando “impróprias do Centro as discussões que têm havido”⁶⁵. O associativismo operário, anteriormente retratado com rasgados elogios passava a ser encarado com desconfiança no espaço público e na sociedade liberal. Um acontecimento satirizado por Eça de Queirós na revista *Farpas*:

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

⁶¹ *Jornal do Comércio*, 26 de setembro de 1871, 18.º Ano, N.º 5374, p. 3.

⁶² *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

⁶³ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

⁶⁴ *Jornal do Porto*, 28 de setembro de 1871, XIII Ano, N.º 220, p. 1.

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

O Centro julgou-se tiranizado, e protestou. Como? Fazendo um arranjo na sua sala. O retrato do Sr. A. R. Sampaio estava na parede: agora o retrato do Sr. A. R. Sampaio está no armário. Oh grandes homens do Centro! Vós quisestes ter uma fina intenção moral; mas o que fizestes foi uma alteração na mobília! [...] Ah! A vossa maneira de protestar é cómoda para os homens, mas terrível para a mobília!⁶⁶.

De certa forma, a retirada do quadro de António Rodrigues Sampaio marca um corte com a antiga tradição. É um acontecimento que vai desencadear uma troca de acusações entre dois sectores antagónicos no interior do *Centro Promotor*. Para a imprensa liberal o *Centro Promotor* é uma organização sequestrada por socialistas radicais que mostravam à “imaginação da classe operária uma terra de promessa só digna de um conto das Mil e uma Noite”⁶⁷. É o início do fim para o *Centro Promotor*, com novos intervenientes a tentarem dar uma nova direção, embora sem grande sucesso. José Fontana, Eduardo Maia, Nobre França com ajuda de Sousa Brandão ainda vão elaborar um novo projeto estatutário para o *Centro Promotor*, o que na opinião de João Bonança faz com que “a burguesia abandon[e] o Centro”⁶⁸. Por outro lado, os sectores ordeiros e aburguesados desistem sem grande luta de uma estrutura que tinha funcionado no enquadramento das camadas operárias no regime liberal durante duas décadas.

Todo este confronto público é acompanhado pelo estabelecimento das primeiras estruturas da *Associação Internacional dos Trabalhadores* em Portugal, “inaugurando-se a primeira na rua dos Lagares, em Lisboa, cujas atas arquivou João Bonança”⁶⁹. Em 1905 o jornal *Primeiro de Maio* descreve nas suas páginas uma breve história do nascimento da associação *Fraternidade Operária*, um texto onde é possível verificar as lutas intestinais que se viviam na reta final do *Centro Promotor*. Este processo ocorre com a eleição da nova direção do *Centro*, em 1872. Segundo Carrilho Videira nesse ano o sector internacionalista, encabeçado por José Fontana denominado de “seção do

⁶⁶ Ramalho Ortigão & Eça de Queiroz, *As Farpas. Cronica Mensal da Política das Letras e dos Costumes*, Lisboa, Tipografia Universal, 1871, p. 36-37.

⁶⁷ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

⁶⁸ *O Trabalho. O jornal Republicano*, abril de 1872, N.º 13, p. 2.

⁶⁹ Felizardo de Lima, *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (de 1833 a 1897)*, 2.º parte, Porto, Tipografia Gutenberg, 1897, p. 56.

Monte Olivete⁷⁰⁷¹, “deliberou uma noite conquistar o *Centro Promotor*”⁷². A presidência do *Centro* foi entregue a Sousa Brandão, “representante das doutrinas socialistas de 1848”⁷³ e os cargos de secretários são entregues aos internacionalistas Eduardo Maia e Carrilho Videira. A clivagem no interior do *Centro Promotor* é coincidente com a vinda a Lisboa dos três internacionalistas espanhóis responsáveis por fundar a Internacional em Portugal, graças aos contactos que estabeleceram no *Centro Promotor* onde o clima era claramente permeável às ideias da Internacional.

A implantação do radicalismo no *Centro Promotor* empreendia uma nova linguagem e ação. Em finais de 1871 é anunciada uma assembleia geral para debater a elaboração de um manifesto político à classe operária, uma convocatória divulgada em vários jornais onde o secretário dessa sessão era o tipógrafo socialista e internacionalista Nobre França. A comissão que tinha a função de elaborar o manifesto tinha como relator João Bonança, um antigo padre com ligações à *Aliança da Democracia Socialista*. Este manifesto pretendia dar uma resposta à questão social no mundo operário como “promover a redução das horas de trabalho entre todas as classes operárias”⁷⁴. A leitura deste manifesto é fortemente representativa da concretização de uma rutura na agenda do *Centro*. O manifesto começava por criticar a inércia do *Centro Promotor*, que “descansava e dormia um sono, que diziam ser o da morte, quando aos seus ouvidos chegou o alarido das greves”⁷⁵. O manifesto aconselhava uma curiosa união entre os trabalhadores do campo e da cidade, no sentido de edificar e reforçar laços de fraternidade. Em fevereiro de 1872 o *Pensamento Social* anunciava a realização de duas conferências no *Centro Promotor* sobre o socialismo da autoria de Sousa Brandão. Não é de estranhar a determinação do *Centro* em estabelecer ligações com alguns movimentos grevistas, nomeadamente na fábrica de Oeiras. A 13 de novembro de 1871, 52 operários da fábrica de lanifícios declaravam greve devido à redução de 30% nos salários. Perante isto, o *Centro* realizou uma mobilização, nomeando “uma comissão para tratar dos meios a fim de auxiliar quanto possível aqueles operários”⁷⁶.

⁷⁰ Referência a rua onde ficava situada a casa de José Fontana.

⁷¹ *O Primeiro de Maio*. Folha Socialista, 9 de julho de 1905, N.º 115, p. 2.

⁷² Videira, Carrilho, “José Elias Garcia”, *Almanaque Republicano para 1887*, XIII, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1886, p. 9.

⁷³ Videira, Carrilho, “José Elias Garcia”..., cit., p. 9.

⁷⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1871, Rio de Janeiro, Ano 54, N.º 97, p. 2.

⁷⁵ *O Trabalho. O jornal Republicano*, janeiro de 1872, 1.º Ano, N.º 1, p. 2.

⁷⁶ *O Protesto Operário, Órgão do Partido Operário Socialista*, 4 de janeiro de 1884, III Ano, N.º 44, p. 2.

O conflito é abordado por alguma imprensa que destaca a presença de um estrangeiro nas negociações que era acusado de fazer parte de “clubs que trabalh[avam] para mudar a forma dos governos estabelecidos nos países onde são hospedes”⁷⁷, uma referência ao socialista suíço José Fontana. Ao contrário do que afirma Canais Rocha, quando escreve que “a indiferença do CPMCL pelos grevistas têxteis de Oeiras, em 1871, apressou a sua morte e o fim da conciliação de classes”⁷⁸, o *Centro Promotor* esteve fortemente envolvido na greve e na sua resolução. Não foi a indiferença do mesmo perante a greve que apressou o seu fim, antes pelo contrário, foi o envolvimento na mesma que fez extremar as divergências internas e, por conseguinte, que contribuiu para o fim da conciliação de classes. Em grande medida, a ação do *Centro Promotor* nesta greve vai servir de experiência para o importante movimento grevista de 1872-73 dinamizado pela *Fraternidade Operária*. No rescaldo deste forte movimento grevista a *Fraternidade Operária* ficava seriamente fragilizada, acabando por perder a sua pujança inicial. O movimento socialista radical que tinha abandonado o *Centro Promotor* para fundar um novo tipo de associativismo estava enfraquecido, o que foi visto como uma boa oportunidade para tentar um regresso do mundo operário à ordem, com o anúncio do recomeço da atividade do moribundo *Centro Promotor*. Nos jornais surgia a informação sobre o rejuvenescimento do *Centro*, ficando estabelecido o regresso aos trabalhos “logo que se inaugurar o retrato do Sr. António Rodrigues Sampaio”⁷⁹. Nos jornais é elogiado o papel do *Centro Promotor* que ia “tentar uma verdadeira campanha contra a tal *Fraternidade Operária*, filha bastarda [...] da célebre Internacional de Karlellav”⁸⁰. Seja como for, o *Centro Promotor* não voltaria a ganhar a importância que teve outrora no mundo operário. As divergências e ruturas no movimento operário acabam por trucidar a associação. Muitos dos liberais que tinham abandonado o *Centro*, acabam por não regressar ou optam por fundar novas associações. É o caso de João Manuel Gonçalves, o antigo sócio que tinha sido um dos mais fervorosos intervenientes contra a expansão do radicalismo. Este industrial pretendia articular, tal como em 1852, o associativismo operário ao liberalismo, fornecendo aos trabalhadores a proteção, o socorro e a instrução. Uma tentativa de contrabalançar o poder das novas associações de resistência no mundo operário e a montante

⁷⁷ *Jornal do Comércio*, 19 de dezembro de 1871, 19.º Ano, N.º 5444, p. 1.

⁷⁸ Francisco Canais Rocha, “Resenha histórica do movimento operário e do movimento sindical português (1838-1970)” in *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das Raízes até 1977*, Volume I, CGTP-IN, 2011, p. 33.

⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1872, Ano XLVIII, N.º 298, p. 2.

⁸⁰ *Diário de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1872, Ano XLVIII, N.º 298, p. 2.

da decadência do *Centro Promotor*. Diversos ilustres da sociedade respondem favoravelmente à ideia, contribuindo para o nascimento da *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, inclusive, a presidência fica sob a alçada do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Francisco Manuel de Mendonça. No entanto, esta nova associação nunca vai conseguir restaurar o cariz ordeiro e reconciliador do movimento operário de outrora.

Conclusões

Os últimos anos do *Centro Promotor* são essenciais para a metamorfose no movimento operário e socialista português do século XIX. O fim do *Centro Promotor* marca o fim da unidade existente no movimento operário português e da integração do socialismo no liberalismo. O *Centro Promotor* congregou durante a sua existência diversas sensibilidades, mas não resistiu ao surgimento de uma nova geração de socialistas, embebida na Comuna de Paris e na Internacional, que tentou transformar a associação. Perante o insucesso de reconfigurar o *Centro Promotor* num espaço mais aguerrido, José Fontana, Nobre França, Azedo Gneco, João Bonança, Antero de Quental e outros acabam por decidir abandonar o *Centro* para fundar um novo tipo de associativismo, é o caso da *Associação Protetora do Trabalho Nacional* e da *Fraternidade Operária*. A hegemonia do *Centro Promotor* no mundo do trabalho finda com o surgimento das associações de resistência. O mundo do trabalho acaba por integrar as novas associações e apoiar os novos dirigentes como é visível pela pujança que a *Fraternidade Operária* adquire ao dinamizar o forte movimento grevista de 1872-73.

Doravante, a memória feita pelo movimento operário sobre o *Centro Promotor* será depreciada e alvo de crítica, ao contrário do parlamento liberal que vai continuar a elogiar a associação. Caso de um deputado, em 1901, que apelida o *Centro Promotor* como “grande núcleo associativo que então existia em Lisboa”⁸¹. Com o tempo algumas figuras eminentes da história do *Centro* vão ser dirimidas pelo próprio movimento operário. O caso de Vieira da Silva é emblemático. Quando o antigo dirigente morre (1868) fica estabelecida a edificação de um monumento no cemitério e uma subscrição para auxiliar a sua família. No entanto, a 20 de outubro de 1871 é possível verificar os sinais de divergência e de rutura, com a comissão central de socorros para a família de Vieira da Silva a anunciar que somente catorze associações operárias, num universo de 200, é que tinham auxiliado financeiramente, sendo uma “triste

⁸¹ Câmara dos Senhores Deputados, 16-04-1901, p. 4.

prova de reconhecimento pelos serviços prestados”⁸². Por outro lado, o relatório dava conta que importantes individualidades da sociedade portuguesa tinham contribuído.

Há similitudes entre a geração socialista de 50 e de 70. Ambas integram um conjunto de jovens socialistas inspirados em acontecimentos revolucionários externos. Mas se na década 50 o liberalismo conseguiu integrar a geração de jovens socialistas, na década de 70 o liberalismo não se consegue reinventar, não existindo anuência. Deste modo, a nova geração de jovens socialistas adquire espaço para reinventar o movimento operário, provocando, irremediavelmente, uma rutura. Em Portugal, a construção teórica apologética de um sistema cimentado na colaboração interclassista preconizada pelo associativismo de 1852 acabou por falhar nos primeiros anos da década de 70. A desintegração do *Centro Promotor* provoca o fim da aliança entre liberais e socialistas e, por conseguinte, pela primeira vez em Portugal o campo socialista vai organizar exclusivamente o movimento operário.

⁸² *A Revolução de Setembro*, 20 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8805, p. 2.